

A crise do capital e a luta de classes na educação: uma análise preliminar do ataque conservador ao Colégio Pedro II pelo Escola Sem Partido.

Matheus Castro da Silva*

Resumo: Este estudo se tem como objetivo analisar de que forma os ataques do conservadorismo burguês à educação, especificamente ao Colégio Pedro II, se relacionam com o próprio processo da luta de classes com a agudização da crise estrutural do capitalismo (Carcanholo, 2013). Tendo em vista que a educação se apresentou como um dos segmentos da classe trabalhadora mais dispostos ao enfrentamento com o projeto sociometabólico do capitalismo, a ofensiva conservadora por meio do projeto Escola Sem Partido almeja justamente o cerceamento das possibilidades do caráter crítico da educação. Para tanto, analisaremos o caso do Colégio Pedro II, referência na educação pública, gratuita e de qualidade, e que se sobressai como vanguarda na política de direitos humanos aos estudantes, se tornou o alvo predileto daqueles que coadunam com projeto conservador-burguês, como nos mostra a ação promovida pelo Ministério Público Federal (2017), acusando o colégio de realizar uma “doutrinação esquerdista-comunista”. Isto posto, podemos ver cada vez mais claramente os contornos da luta de classes no país e o caráter predatório do capital, em que termos como “direitos humanos, tolerância e etc.,” tornaram-se pautas doutrinadoras da esquerda, sendo fundamental lutar pela ampliação do direito a uma educação de pública e de qualidade para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Crise do capital, Colégio Pedro II, Escola Sem Partido.

The capitalism crisis and the classe struggle on the education: a preliminar analysis of Escola Sem Partido conservative attack at the Colégio Pedro II.

Abstract: This study aims to analyze the way that the attacks of the bougeois conservatism on education, specifically, on College Pedro II, are related to the own process of class struggle with the exacerbations of structural crisis of capitalism (CARCANHOLO, 2013). In view of the presentation of education as one of the segments of working classe more disposed to fight the capitalism social Project, the offensive conservative by the project Escola Sem Partido claims precisely the limitation of the criticism possibilities of education. Therefore, we'll analyze the case of Pedro II, reference on the public, free and quality education, and excel as vanguard at the human rights politician for the students, that has become the preferred target of those who consents with the conservative-bourgeois projetc, as it shows to us the action moved by Ministério Público Federal (2017), accusing the school of realize a “communist indoctrination”. That said, we can see clearlier the contours of class struggle on the country and the predatory character of capital, since terms like “human rights, tolerance and etc.,” has become doctrinaires ruling of the left, being fundamental fight for the enlargement of the right to a public and quality education for the working class.

Keywords: Capitalism crisis, Pedro II School, Escola Sem Partido.

* Email: matheuseufufj@hotmail.com. Doutorando em Educação/UERJ; Professor Educação Física – Colégio Pedro II.

Introdução.

Um dos colégios mais tradicionais do Brasil está no “olho do furacão”. O Colégio Pedro II, criado em 2 de dezembro de 1837 (PEDRO II, s.d.a.), é o maior alvo dos ataques midiáticos à educação pública, como, por exemplo, a alcunha de “Colégio dos Absurdos”, de acordo com o conglomerado Veja/Isto É, que acusa o colégio “de tentar incutir na cabeça de crianças e adolescentes princípios e valores altamente violentos e que contrariam as bases da democracia” (ISTOÉ, 2016, s.p.), por conta da realização de um evento que abordava a Revolução Chinesa dentro do colégio, e que não era voltado para o público discente, mas sim apenas o espaço da escola foi cedido, e não houve organização ou qualquer interferência institucional. Esse processo de ataques a uma instituição como o Pedro II, notadamente uma referência no que diz respeito à educação pública e de qualidade, é importante de ser compreendido, não em seu aspecto isolado, mas em sua totalidade.

Em nossa conjuntura, certamente, uma das palavras mais comentadas seja nos mecanismos midiáticos, seja nas conversas entre as pessoas, é a de “crise”, que se desdobra em muitos elementos: aumento da violência e sensação de insegurança, desemprego crescente, notícias cotidianas sobre corrupção, descrença nas mais diversas instituições, etc. Como desdobramento e percepção da crise pelo conjunto da população, em uma perspectiva também constituída pelos aparatos hegemônicos de mídia, há uma crise “moral”, na qual os problemas acima vistos são atribuídos à índole das pessoas e não a questões sistêmicas mais abrangentes e complexas. Nesse sentido, a educação retoma um papel social messiânico, como a solução para esses problemas, ao mesmo tempo que é apontada como vilã por supostamente imputar aos alunos uma “doutrinação de esquerda” que ajuda a corromper as pessoas e destruir as famílias.

Com isso, objetivamos compreender a relação que se dá entre o ascenso do conservadorismo na sociedade brasileira e o processo de crise do capitalismo que vivenciamos. Para tanto, tomaremos como objeto de estudo específico uma análise dos ataques do Programa Escola Sem Partido (ESP) ao Colégio Pedro II, justamente pelas grandes proporções que esse embate vem tomando ao longo do país.

Para concretizarmos esses objetivos nos calcamos no materialismo histórico e dialético, que almeja não somente a percepção de determinado objeto de estudo, mas a possibilidade de uma intervenção consciente na realidade, pois, “para o método

dialético a *transformação da realidade* constitui o problema central” (LUKÁCS, 2012, p. 68). Buscamos isso porque entendemos que a realidade em sua forma fenomênica não permite uma compreensão aprofundada de seu caráter concreto, suas determinações, logo, impossibilitando uma ação eficiente na busca por mudanças. Os paradigmas teórico-políticos do materialismo histórico e dialético buscam justamente a ruptura com a perspectiva que se calca apenas no imediato, na forma aparente/fenomênica (KOSIK, 2002).

Dessa feita, estruturamos este estudo da seguinte forma: inicialmente, abordamos as relações estabelecidas entre a crise do capitalismo e a sua forma de manifestação no Brasil, com a ascensão da ideologia e discursos conservadores e as implicações do “golpe” jurídico-político de 2016; em seguida, traçamos um panorama da realidade educacional no país tendo como marco o período “pós-golpe”, analisando a particularidade do caso do Colégio Pedro II; por fim, buscamos compreender o Programa Escola Sem Partido e sua relação com a conjuntura vivida e os embates no campo da educação, sobretudo o processo de perseguição e ataques promovidos ao Pedro II.

A crise do Modo de Produção Capitalista e a agudização da luta de classes no Brasil: o “golpe” e o ascenso do conservadorismo.

O Modo de Produção Capitalista (MPC), antes de um conjunto de relações financeiras e comerciais, é um modo de produção da existência humana, constituído por um conjunto de relações sociais entre os sujeitos, sendo o capital o produto do trabalho social, que, por isso, é um conjunto de relações sociais, realizadas entre pessoas, que assume a imagem de uma relação entre coisas (MÉSZÁROS, 2011a). Só é possível falar em capital, quando o dinheiro realiza a compra da força de trabalho (assalariado), que se torna uma mercadoria a ser vendida, e o trabalho apenas passa a ser assalariado quando suas condições objetivas se tornam antagônicas ao trabalhador, uma propriedade alheia (do capital), em que o trabalho vivo se torna apenas meio de sua autovalorização.

A relação entre capital e trabalho promove uma dupla cisão no âmbito do trabalho: quando o sujeito se objetiva na forma de um trabalho alienado social (capital), ele perde o controle do processo produtivo, deixando de ser sujeito do mesmo; esse conjunto do trabalho social é fragmentado na forma de trabalhadores individuais, isolando-os, colocando-os em competição uns contra os outros para a venda de sua força de trabalho, culminando na conformação de uma subjetividade alienada e cada vez mais

individualista em virtude dos imperativos do mercado, de forma que a totalidade do trabalho social só possa aparecer aos sujeitos de maneira fetichizada. “[...] o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 611).

Nesse sentido, a adesão dos trabalhadores expropriados ao MPC é um elemento fundamental dentro desse modo de produção da vida, e isso ocorre por uma série de mediações e instituições. Na forma de um controle sociometabólico, ele atua na articulação de uma série de estruturas históricas e institucionais, configurando-se em um sistema de mediações que atua desde os níveis mais elementares aos mais complexos da sociedade, da família ao Estado.

O momento dominante da reprodução capitalista não pode prescindir do funcionamento do microcosmos social de acordo com suas determinações dialéticas, assim, o núcleo da sociedade capitalista, a família, concorre para integrar o sujeito nessa ordem societária, cumprir suas funções sociometabólicas, como reprodução biológica e de transmissão da propriedade, assim como da constituição de um sistema de normas e valores caros a essa ordem social.

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como *normais*, em vez de desqualificados por “comportamento não conformista” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 271).

O processo de constituição da consciência se inicia junto com o nascimento dos sujeitos, no processo de representação mental de suas vidas e seus atos. Essa representação se constitui inicialmente no espaço imediato de inserção da pessoa (família), na qual a pessoa internaliza as relações sociais, objetos, o mundo à sua volta. “Dessa forma, inicialmente, a consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)” (IASI, 2011, p. 14). A materialidade desse processo está para além do aspecto físico, mas nas relações concretas entre os seres humanos entre si e também com a natureza, representando-as.

Essas primeiras relações em que o sujeito está inserido se encontram no âmbito da instituição familiar. A partir da interação com o mundo externo, se forma o psiquismo do ser humano. Originalmente, há apenas o que Freud denomina *ID*, os instintos de origem somática, e somente após a vivência das primeiras relações há uma

interiorização psíquica: porção do *ID* sofre um desenvolvimento especial, agindo como intermediário entre este e o mundo externo, o *EGO* (IASI, 2011).

O mecanismo primordial dessa intermediação, entre o *EGO* e o mundo externo, é o chamado princípio do prazer. Buscando o prazer e tentando evitar o desprazer, o *EGO* busca realizar as exigências do *ID*, levando em conta a realidade que limita as condições dessa satisfação. A ação dos pais mediatiza as exigências sociais, histórica e socialmente determinadas, apresentando-se ao *EGO* em formação como uma força a ser levada em conta na sua busca de equilíbrio e adaptação (IASI, 2011, p. 16).

Forma-se então um agente especial que prolonga a influência parental, o *SUPEREGO*, a interiorização das normatizações externas: primeiro dos pais, mas também dos valores familiares, assim como as exigências do meio social (IASI, 2011).

O mundo externo visto e interiorizado pelo sujeito na forma de *superego* é apenas parte do todo, e historicamente constituído, entretanto, o sujeito não consegue captar o seu caráter particular, “ultrageralizando-o”, tornando-o natural e eterno, de modo que “o indivíduo interioriza essas relações, as transforma em normas, estando pronto para reproduzi-las em outras relações através da associação” (IASI, 2011, p. 17). Com o passar do tempo, o sujeito se amolda aos imperativos sociais a partir da interiorização de suas relações (na verdade, os valores), formando a consciência de si e do mundo de acordo com as demandas do mundo externo (representado inicialmente por sua família).

A família é determinada nas/pelas relações estruturantes da sociedade, mediatizando-as, podendo reproduzi-las ou reforça-las, constituindo uma das bases materiais da reprodução ideológica. A partir da internalização de uma concepção de mundo, o indivíduo vive novas relações, que têm um potencial de internalização igual às anteriores, servindo como base para novos valores, ideias e comportamentos. Essas novas relações são apreendidas a partir dos valores anteriores, de forma que os novos valores possíveis podem gerar uma contradição interna, um conflito subjetivo (IASI, 2011). Esse processo de contradição entre os valores já constituídos presentes no senso comum e os novos valores se intensifica durante períodos de crise do capitalismo. A crise estrutural do MPC tem como marca atingir a totalidade social, colocando em xeque o conjunto das instituições do capitalismo, inclusive as instituições de ensino e também a chamada “família tradicional”.

O desenvolvimento capitalista se dá por ciclos, entre processos de crescimento e de crises. As crises que o capitalismo atravessa só podem ser compreendidas, à luz do pensamento marxiano, de modo dialético, como desdobramentos das contradições que se desenvolvem. “São as contradições do capitalismo contemporâneo que provocaram a

atual crise estrutural no processo de acumulação do capital” (CARCANHOLO, 2011, p. 73). Sendo assim, entendemos que a crise que vivemos atualmente é uma continuação intensificada do processo de crise que irrompeu em 2008 no mercado imobiliário dos Estados Unidos¹.

A raiz da atual crise é a comprovação da incontrolabilidade do capital. O capital acumula de forma desigual entre os componentes que o constituem, cada vez proporcionalmente mais em capital constante (máquinas, tecnologia, instalações, etc.) do que em capital variável (força de trabalho), gerando o que Marx denominou de uma tendência à queda da taxa de lucro. Nesta aproximação, o que gera a crise não é a ausência de condições para o crescimento da acumulação, mas o próprio crescimento que gera uma superacumulação na qual os capitais não conseguem voltar ao ciclo de sua reprodução ampliada com taxas de lucro aceitáveis (IASI, 2016a, s.p.).

Para garantir seu processo contínuo de autovalorização, o capital deve buscar novas áreas de investimento de forma a aplicar o capital sobrando, assim como reduzir seus custos de produção. Sendo assim, são saídas recorrentes para o capitalismo tentar manter a sua autoexpansão: a privatização de espaços públicos e serviços essenciais à população, como educação, saúde, segurança, e previdência social; mas também a ofensiva sobre os direitos trabalhistas, a agudização do desemprego estrutural, tudo aquilo que possa ser um “ônus” às possibilidades de manutenção dos imperativos de autoexpansão do capital (MÉSZÁROS, 2011a).

Elementos que cada vez mais atestam a incapacidade de o capital se reproduzir são: o aumento da população em condições famélicas, por mais que haja uma produção recorde de gêneros alimentícios, e convivamos com frequentes descartes de comida para a manutenção dos preços das mercadorias; cortes sistemáticos por partes dos governos de recursos de serviços essenciais à vida humana para ampliar a remuneração do capital; formação de uma população cada vez mais supérflua para o funcionamento do capital, na qual ocorre um crescimento em larga escala do desemprego, além da precarização dos postos existentes. É justamente essa incapacidade de atender minimamente as demandas de existência da humanidade que colocam em xeque a própria sociabilidade do capital (MESZÁROS, 2011a).

Isso acarreta em uma crise nos padrões de sociabilidade do capital, no processo de produção de subjetividade, os valores outrora cultivados entram em colisão com a realidade material, as promessas ideologicamente realizadas pelo sistema como liberdade, acesso ao consumo, emprego para todos, recompensa ao mérito individual,

¹ Para compreender mais sobre o início da crise em 2008, ler Carcanholo (2010)

não conseguem se efetivar na realidade em que o desemprego afeta a um grande contingente populacional, pouco ou muito qualificado, independente do grau de esforço de cada um. Esse processo pode engendrar alguns movimentos na constituição da consciência. A partir de determinadas condições, a contradição entre os valores internalizados e as relações vividas pode gerar uma superação inicial da alienação, e o que é fundamental nesse sentido é o grupo, quando consegue ver em outras pessoas a sua própria contradição, o que possibilita gerar uma ação conjunta para superar essa condição. “A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade” (IASI, 2011, p. 29).

Entretanto, esse processo pode engendrar uma perspectiva ainda mais conservadora no que diz respeito à manutenção da ordem e do *status quo*. Nessa perspectiva, se intensificam os caracteres hegemônicos da sociabilidade capitalista: exarceba-se o individualismo, as noções de esforço e mérito, os sujeitos tendem a se isolarem de qualquer tipo de solidariedade, e a competição ultraintensificada passa a ser diretriz que rege as vidas dos sujeitos. Nesse processo, com a clara atuação ideológica da burguesia e de seus meios de produção, materiais e espirituais, ocorre uma clara campanha de produção do ódio às noções de coletividade, de ataques às minorias, com um recrudescimento do pensamento conservador. A mediação que possibilita que se incuta o ódio nas pessoas, o ódio de classe, é justamente a ideologia, na forma da internalização das relações sociais dominantes como valores (IASI, 2016a).

Com isso, o crescimento do conservadorismo é fruto justamente do processo de garantir a perpetuação do MPC, suas bases ideológicas, a configuração das relações sociais dominantes em valores e concepções de mundo. É a necessidade de manutenção do *status quo* que impede uma crítica à totalidade sistêmica e busca subterfúgios para justificar o insucesso da ordem atual. Essas mistificações são canalizadas em termos de sentimento que se configuram em ódio de classe que se pauta contra as organizações de esquerda, sindicatos, e outras organizações da classe trabalhadora, contra as minorias e os poucos direitos adquiridos, vistas como culpadas pela crise moral, pela dissolução da “família tradicional”, além da intensificação da rotineira violência contra os elementos mais pauperizados da população. “O moralismo da cruzada contra a corrupção serve, desta forma, tanto para angariar apoio nos setores médios, como atacar as bases das

classes trabalhadoras oferecendo a explicação da corrupção como cortina de fumaça que encobre a dinâmica da exploração capitalista” (IASI, 2016b, s.p.)

No Brasil, esse processo de crise teve seu ponto alto no “golpe” jurídico-político que levou à retirada da Presidenta Dilma Roussef do governo, possibilitando ao vice usurpador levar a cabo uma agenda de intensificação das políticas que retirada de direitos já promovidas anteriormente pelo Partido dos Trabalhadores (PT). É claro que não podemos retirar a grande responsabilidade do PT pelo golpe, pois, entendemos que justamente foi por conta da política de conciliação de classes que ele foi possível de ser efetivado. O fato de atuar sem romper com a lógica de produção e reprodução capitalistas, e, com isso, precarizar uma série de serviços públicos, realizar políticas de privatização, retirar direitos, dentre outros problemas, além dos envolvimento em casos de corrupção, fez com que o discurso da moralidade burguesa se tornasse concreto e palatável para o senso comum (IASI, 2016b).

A crise da democracia de cooptação, do pacto de classes operado pelos governos petistas, cria o cenário no qual os comportamentos individuais podem encontrar as condições favoráveis para se expressar coletivamente. Uma pessoa isolada, por mais que tenha convicções conservadoras, não se sentiria a vontade em expressar pensamentos tão cruéis (IASI, 2016a, s.p.).

Com a consolidação do “golpe”, assume Michel Temer, o vice usurpador, que estabelece como principal objetivo retirar direitos dos trabalhadores e avançar no processo de privatização do patrimônio nacional, como vemos as Reformas Trabalhista e da Previdência, as tentativas de privatizar ativos da Petrobrás, Caixa Econômica Federal, e Correios, além de limitar severamente as possibilidades de gastos públicos em serviços essenciais com a PEC 55/2016, que congela esses gastos por 20 anos. Contudo, esse processo não ocorreu sem resistência, sobretudo dos setores ligados ao funcionalismo público, em especial a educação. Em 2016, nos diversos âmbitos do governo, municipal, estadual e federal, houve uma série de movimentos de resistência a esses ataques promovidos nas três esferas de poder, o que resulta na consolidação do fenômeno de ocupações de escolas, com o protagonismo do movimento discente em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, assim como uma série de greves dos profissionais da educação. A educação, então, passa a ser cada vez mais um elemento importante no processo da luta de classes, e o Colégio Pedro II, pela sua relevância histórica, junto com uma série de avanços realizadas nos âmbitos dos direitos humanos, passa a ser o alvo ser atingido pelos segmentos conservadores como poderemos ver adiante.

Por que o Pedro II? Uma referência na educação pública, gratuita, laica e de qualidade e na luta pelos direitos humanos.

Os recentes e constantes ataques à educação, em especial a educação pública, gratuita e de qualidade não são mera coincidência, ou elemento circunstancial como pudemos observar. Faz parte de um processo de reagrupamento da burguesia em virtude da crise do capitalismo, de um combate ao processo que assola toda estrutura societária do MPC, que afeta a educação, entendida dialeticamente com um papel preponderante na constituição dessa sociedade, considerando a mediação fundamental da luta de classes que nos coloca o seu papel de resistências e rupturas com a ordem capitalista em vigor.

É um fenômeno do capitalismo o processo de massificação da educação formal, ainda que de forma dual, ou seja, fragmentada em tipos de organização voltados para os interesses e necessidades de cada classe, de acordo com os imperativos de autovalorização do capital. Atua como instrumento de desenvolvimento das forças produtivas, mas também como uma demanda da própria classe trabalhadora.

Assim, há a criação de instituições responsáveis por fazer a realizar essa educação da classe trabalhadora, seja para formá-la enquanto força de trabalho mais qualificada para ocupar os novos postos de trabalho, seja para arrefecer os choques provenientes das lutas de classe [...]. Dessa forma, além da criação de novas escolas, há a necessidade de criação de novas instituições capazes de disseminar a ideologia burguesa para a classe trabalhadora, ao passo que também há o desenvolvimento de novas formas organização da classe trabalhadora e o seu fortalecimento, sindicatos, partidos e afins (SILVA, 2015, p. 30).

Torna-se, então, tarefa da escola atuar no processo de conformação de valores e conhecimentos necessários para a manutenção do *status quo*, por mais que também represente um espaço possível de contestação da ordem, sobretudo em momentos de crise com o crescimento da miséria, fome, desemprego e outras implicações da ordem do capital. “[...] a educação passa a exercer a dupla função de aprimorar o capital humano para aumentar a competitividade e a produtividade do indivíduo e de construir uma ‘cultura cívica’ como mecanismo de construção de uma sociedade solidária, harmônica, confiável, ‘da paz’, necessário para aliviar a pobreza” (MOTTA, 2009, p. 561).

E como a escola realiza esse processo? Para além do currículo, dos saberes e conhecimentos a serem abordados pela escola, a conformação ideológica tem seu fundamento concreto nas relações sociais estabelecidas em seu interior. Desde que se inicia na escola, a criança passa a possuir obrigações para com aquela coletividade, em que ela passará a ser julgada de acordo com o seu desempenho, neste caso, a avaliação,

a cristalização de determinadas relações sociais. A partir do momento em que há o processo de premiação/castigo relativo às atividades escolares, “só brincar depois de estudar”, um reconhecimento social e recebimento de cargas afetivas positivas, começam a existir as relações de produção de determinado valor, em que só há o recebimento de seu valor de uso (o brincar e as cargas) após entregar um determinado valor de troca (a nota/bom comportamento), uma mimetização da própria vida adulta e das relações de produção capitalistas, guardadas as devidas proporções (IASI, 2012a).

O trabalho do psiquismo se deu em todos estes momentos, obedecendo a equação: impulso – exigências e limitações do mundo externo – trabalho de mediação do ego levando em conta que a fonte das demandas e exigências é também a fonte da afetividade ou a garantia da sobrevivência – adaptação, fuga, atividade – amoldamento e interiorização de exigências externas como se fossem do próprio sujeito. A criança aprende procedimentos e atua em outras situações com base nesta referência primária (IASI, 2012a, pp. 146-147).

Assim, há uma base concreta calcada em valores internalizados pelos sujeitos a partir dos quais outras fases da vida passam a ser revividas por eles, “atuação” (IASI, 2012a), em que se mudam as situações formais, mas a essência na carga emotiva permanece, neste caso, a troca de um valor de troca por um valor de uso, ainda que não se esteja consciente disso.

A escola, o trabalho, por excelência, são os meios de reprodução de determinadas relações sociais (imposição de regras de convívio, de uma sociabilidade, para que a necessidade do sujeito seja atendida), tornando-se em instrumentos de construção do autocontrole, logo, de adesão à sociabilidade capitalista.

De fato, toda educação orienta-se para formar no educando possibilidades bem determinadas, que em dadas circunstâncias parecem socialmente importantes, e reprimir, ou modificar, aquelas que parecem prejudiciais para essa situação. A educação das crianças bem pequenas para que caminhem de forma ereta, para falar, para atuar no interior da assim chamada ordem, para evitar contatos perigosos etc. etc., no fundo nada mais é do que a tentativa de formar aquelas possibilidades (e reprimir as não correspondentes) que pareçam socialmente úteis e vantajosas para a vida daquele que será um dia um adulto (LUKÁCS, 2010, p. 221).

Nesse sentido, o Colégio Pedro II surge como uma escola de elite, fundada na época do Império, que tinha como função a preparação dos dirigentes da sociedade, já que a classe trabalhadora, além de uma sociedade ainda escravocrata, não tinham condições de sequer frequentar qualquer instituição educacional. “Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil” (CP2, s.d.a, s.p.). Dessa feita, o Pedro II assume um caráter de destaque no conjunto da sociedade brasileira, um grande peso social para uma

educação que, embora ofertada pelo Estado, apenas fosse ofertada para os filhos das camadas dirigentes da sociedade.

Ao longo de seus mais de 170 anos de existência, o colégio passou por uma série de mudanças, mas sempre mantendo o caráter de referência enquanto educação de qualidade, o que se confirma pelos seus processos seletivos extremamente concorridos, o que, desde já, reafirmamos nossa discordância dos critérios de meritocracia para o acesso do que é público. A partir de 2012, ele passa por uma mudança fundamental em sua estrutura: “equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a sanção da lei 12.677/12, o Colégio Pedro II conta com 14 *campi*, sendo 12 no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias, e uma unidade de educação infantil” (CP2, s.d.a, s.p.). Com isso, passa a somar desde a educação infantil até cursos de pós-graduação, mais de 13 mil alunos, integrantes das camadas sociais mais diversas, ainda que haja um caráter elitista por conta da forma meritocrática de se obter o acesso, mas que já avançou a partir da adoção da políticas de cotas.

Com uma infraestrutura e condições de trabalho bastante acima da média das escolas públicas administradas pelos poderes estaduais e municipais, o colégio oferece uma grande variedade de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que vão desde atividades de monitoria, reforço, realização de grupos de pesquisa com iniciação científica, além de iniciação artística e cultural, oferta de atividades de extensão voltadas abertas às comunidades. Podemos ver que, em 2016, havia cerca de cinquenta e sete grupos de pesquisa cadastrados no colégio, com a participação de alunos, professores, servidores técnico-administrativos e demais pesquisadores externos ao colégio (CP2, s.d.b).

Ademais, o Pedro II também conta com uma considerável participação do movimento discente na decisão de seus rumos, mesmo que esteja bastante distante do ideal para chamar de uma gestão de fato democrática, mas é, considerando o contexto em que vivemos, um avanço nesse processo. Diante desse cenário, destaca-se o processo de reformulação do Código de Ética Discente², com a participação de 32 estudantes de todos os *campi*. Destacamos dois dos objetivos centrais desse documento

² “O Código de Ética Discente estabelece os critérios que normatizam a vida discente na instituição de ensino. Todos/as os/as estudantes estão sujeitos/as a ele, observadas as especificidades de cada segmento de ensino, pois a vida comunitária exige o estabelecimento de um conjunto de valores e procedimentos básicos que garantam a convivência pacífica, igualitária e democrática entre os seus membros” (CP2, 2017, p. 02).

pode ser destacado: “difundir os princípios de solidariedade humana, de respeito mútuo e de cordialidade recíproca entre todos/as os/as estudantes, sem distinção de etnia, condição social, gênero, credo, idade, ideias ou quaisquer outras diferenças que digam respeito à pessoa do/a estudante” (CP2, 2017, p. 04), e também “coibir qualquer forma de violação dos direitos humanos” (CP2, 2017, p. 04).

Para tanto, há alguns direitos dos estudantes estabelecidos nesse documento que gostaríamos de ressaltar: “ser respeitado por seus/suas educadores/as, bem como por toda a comunidade escolar”; “ter sua integridade física e moral preservada e não ser exposto indevidamente e sob qualquer pretexto, nos meios de comunicação, inclusive os virtuais” (CP2, 2017, p. 06). Assim como há alguns deveres importantes nesse documento, dentre os quais observamos:

respeitar os princípios de liberdade religiosa, de pensamento, de preferência política, e o direito de ir e vir de todos os membros da comunidade escolar; não promover propagandas ideológicas e práticas que estimulem a discriminação e o preconceito de quaisquer espécies, que firam os direitos humanos e que promovam a violência; estimular a convivência pacífica e respeitosa entre os membros do Colégio Pedro II, respeitando as diferenças individuais no que se refere às ideias, à etnia, à condição social, à orientação sexual, ao gênero, à crença, à idade, à condição física, à psíquica, abstendo-se de qualquer tipo de atitude preconceituosa e discriminação; não praticar *bullying* e/ou *cyberbullying* contra qualquer membro da comunidade escolar (CP2, 2017, p. 08).

Com isso, podemos observar o compromisso do colégio na promoção de valores ligados aos direitos humanos, à democratização das relações e no combate ao preconceito e opressões sofridos pelas minorias. Justamente por constituir esse tipo de valores que o colégio entrou em uma polêmica de grande repercussão na mídia e na sociedade, que foi a abolição da distinção de gênero nos uniformes para os seus alunos, o que a mídia oportunista junto com os segmentos conservadores trataram apenas como “liberar a saia para meninos”. “Na prática, o uso de saias está liberado para os meninos. Desde maio deste ano, o Pedro II adota na lista de chamada o nome social escolhido por alunos e alunas transexuais” (THOMÉ, 2016, s.p.).

Esse ato, ainda que simples, e, para os segmentos conservadores, simplório e absurdo, implica na busca pela igualdade de direitos dos alunos transexuais, que encaram todo tipo de problemas e preconceitos em suas vidas a partir de sua orientação sexual, sendo uma grande vitória para os mesmos. O Pedro II, então, se consolida como vanguarda na luta por uma educação pautada por valores relativos aos direitos humanos e da solidariedade humana. Ao analisarmos, então, o papel esperado pela educação formal dentro da lógica do capital, de reprodução de suas relações sociais, inclusive

aquelas de opressão, preconceito e discriminação, podemos ver alguns elementos de crítica e ruptura a esse padrão de sociabilidade.

Além disso, diante dos ataques promovidos contra a educação pelo Governo Michel Temer, como a PEC 55/2016, que congela os gastos em serviços públicos essenciais por 20 anos, assim como a absurda Reforma do Ensino Médio, os servidores e alunos protagonizaram um grande movimento de resistência e combate a essas medidas. Destacamos o processo de ocupação estudantil dos *campi* localizados no Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias, além da greve dos servidores que possuíam como pauta justamente o enfrentamento a essas propostas, tendo como marco a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Os efeitos concretos da PEC “do fim do mundo”, como foi apelidada pelos movimentos sociais, são a de redução drástica em termos relativos das verbas destinadas a serviços como saúde e educação, ou seja, ocasionando uma precarização ainda maior da oferta desses direitos por parte do Estado. “O resultado mais importante será uma redução significativa nos gastos com educação e saúde, os únicos da proposta que exigem uma mudança da Constituição. Haverá grande impacto sobre a parcela mais pobre da população e estímulo aos negócios privados nas duas áreas” (DRUMMOND, 2016, s.p.). Todavia, esse processo, apesar da prerrogativa de equilibrar os gastos do governo, apenas atua para transferir verbas desses serviços para a remuneração do capital privado via dívida pública, o que é fundamental ainda mais em um momento de crise, além de ampliar mais espaços de inserção para o capital expandir seus lucros e manter seu ciclo de autovalorização com os serviços essenciais.

Já a Reforma do Ensino Médio parte da culpabilização da educação e da forma como é ministrada para o insucesso do país, retomando a ótica messiânica da educação como salvação das pessoas, por conseguinte, do país. O fato de a Reforma ter sido implementada via decreto, sem qualquer tipo de debate, foi o estopim da revolta dos movimentos ligados à educação. Parte-se da necessidade de ampliar o turno dos alunos para o horário integral, o que, de fato concordamos, mas se conjuga isso a uma redução das verbas disponíveis para a educação, o que faz com que a conta não feche. Além disso, o grande gargalo da reforma do ensino médio é a “oferta” de itinerários formativos, mas sem a obrigação de as escolas oferecerem todas as opções, ou seja, força os alunos a uma especialização precoce, provavelmente em uma área que ele que não seja de seu desejo.

A propaganda principal do governo se vale da ideia de que os alunos poderão ter a liberdade para estudar aquilo que julgam mais interessante e útil para a formação, considerando suas escolhas profissionais futuras. Contudo, os especialistas ouvidos avaliam que não será assim, as escolas não possuem infraestrutura para oferecer todos os itinerários. O que acontecerá na prática é que cada escola oferecerá um itinerário e o aluno não terá opção (SHAW, 2017, s.p.).

Outro grande agravante, é que com a possibilidade de escolha dos itinerários formativos, uma série de disciplinas deixa de ser obrigatória para os alunos, resultando em um empobrecimento de sua formação, por exemplo, que passarão a ser tratadas como ““estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia””. Contudo, isso não determina a obrigatoriedade das disciplinas, mas de seus estudos, dessa forma o conteúdo poderá estar diluído em outras disciplinas, como história e geografia, ou mesmo “estudos sociais””. (SHAW, 2017, s.p.). Ou seja, os alunos já bastante precarizados da rede pública terão ainda mais esse prejuízo em suas possibilidades formativas.

Apesar da grande greve dos servidores federais, em especial da educação, contra todos os retrocessos acima elencados, o protagonismo das lutas foi, de fato, dos alunos com o processo de ocupação de escolas. No período de votação e discussão da PEC 55/2016, chegamos a ter ao longo do país mais de mil escolas ocupadas. “Ao todo, segundo a entidade, são 995 escolas e institutos federais, 73 *campi* universitários, três núcleos regionais de Educação, além da Câmara Municipal de Guarulhos, o que totaliza 1.072 locais” (TOKARNIA, 2016, s.p.).

Os alunos do Pedro II se mostraram bastante ativos nesse processo, ocupando todos os *campi* que contavam com alunos de Ensino Médio, realizando uma série de atividades artísticas, culturais, fora atividades de ensino e pesquisa também, resultando em uma mudança da própria dinâmica escolar, a partir de uma pauta interna própria, cuja principal reivindicação era a de democratização das relações dentro da escola, como nos mostra o “Documento final extraído no processo de ocupação do Colégio Pedro II” (OCUPACP2, 2017). . Dentre as propostas está a “criação do Conselho Escolar”, participação em fóruns decisórios, como o Conselho de Classe (COC), Conselho Superior (CONSUP), etc., além da retomada da discussão do Projeto Político-Pedagógico da escola com participação efetiva dos alunos. (OCUPACP2, 2017, s.p.).

Esse processo de choques e tensões, mesmo que não atinjam criticamente a totalidade da ordem capitalista, se voltam contra elementos de sua ordem societária, suas normas, valores e padrões. Além disso, a luta por condições de estudo e trabalho afetam frontalmente o próprio imperativo autoexpansionista do capital, ao passo que

disputam os recursos que podem ir para os capitalistas por meio da transferência de verbas dos serviços básicos para o pagamento da dívida pública e seus juros. Sendo assim, é uma luta que se estabelece material e simbolicamente contra a ordem em vigor, embora muitas vezes ocorra de forma inconsciente. O fato de, em tempos de exacerbação do individualismo, da exaltação da competição e da meritocracia, da disseminação de todos os tipos de preconceitos, haver uma proposta de educação que se pautasse pelos interesses comuns, pela associação coletiva, pelo respeito às diferenças, significa um marco na resistência da classe trabalhadora.

Todavia, esse processo não se deu sem tensões, externas e internas, pois, como é possível que uma escola de “excelência”, pudesse aceitar a luta pelos direitos humanos, inclusão dos direitos da população LGBT, dentre outras conquistas democráticas? Não obstante, há uma série de movimentos internos de responsáveis e alunos contra a greve, pela desocupação dos *campi*, inclusive levando a questão a uma judicialização no Ministério Público Federal. Com isso, o Pedro II, com maior ênfase a partir do segundo semestre de 2016 passa a ser o alvo predileto dos ataques midiáticos e conservadores, que se consubstanciaram na pauta do Programa Escola Sem Partido (ESP).

O Programa Escola Sem Partido e a “crise” da educação: uma análise preliminar dos ataques reacionários ao Colégio Pedro II.

O processo de crise no Brasil, por mais que não tenha se iniciado junto com o colapso das empresas de alta tecnologia ou do mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2008, chegou ao país, mesmo que de forma silenciosa, a partir da segunda década do século XXI. Em um processo conjugado com a realização dos megaeventos esportivos, boa quantidade de dinheiro público foi canalizado para a satisfação do capital, seja por conta das vultuosas obras públicas superfaturadas, seja por conta da abertura de espaços para a valorização de capital imobiliário com as remoções e desapropriações de casas para as obras relativas aos eventos. Todo esse processo se deu com a promessa de que a população iria gozar de um legado esportivo e social até hoje não visto.

Contudo, no meio desse processo, em 2013, como resultado da crescente precarização da oferta de serviços públicos como saúde, educação, transporte, segurança, assistência social, o início do crescimento do desemprego no país, além da escalada inflacionária, ocorreram uma série de movimentos da população, bastante difusos, conhecidos como Jornadas de Junho e Julho que tinham como mote o protesto pela acessibilidade urbana, discutindo o preço dos transportes, que passavam por um

grande encarecimento. Esse mesmo processo foi um divisor de águas no processo de polarização na sociedade brasileira, onde a revolta das pessoas, bastante difusa e espontânea, foi disputada por movimentos sociais ligados à classe trabalhadora, mas também por setores reacionários e ligados à burguesia, que buscou canalizar essa revolta a partir do discurso moralizante da corrupção como causa de todos os problemas vividos pela sociedade, associando a corrupção aos partidos e ideias de esquerda, muito por conta das ações do PT (IASI, 2016b). Ademais, é importante ressaltar que os movimentos de resistência da classe trabalhadora nesse período foram, em geral, puxados pelos setores da educação, seja por conta das greves dos profissionais da educação, que costumam ser as maiores e mais duras em termos de enfrentamento, seja por conta do recente fenômeno da ocupação de escolas por parte dos movimentos estudantis.

Nesse ínterim, discursos conservadores e extremamente reacionários obtiveram base material e subjetiva para se proliferarem na sociedade, aproveitando-se do sentimento legítimo de revolta das pessoas para com a ordem em vigor e os problemas que ela nos traz. Nesse cenário, no âmbito da educação, a crítica foi bastante análoga, culpabilizando o ideário de esquerda, neste caso, tendo como principal símbolo Paulo Freire, por todo os problemas existentes na educação, já que haveria uma “doutrinação esquerdista” nas escolas, que possui como principal marca a “Ideologia de Gênero”, que, nada mais é, que a perspectiva de combate a problemas estruturantes de nossa sociedade como o machismo e a LGBTfobia. É nesse contexto que o Programa Escola Sem Partido ganha peso para começar a levantar pautas e ganhar adesão junto com ao conjunto da população.

É esse processo que explica como o ESP criado no ano de 2004 por um de seus idealizadores, o advogado Miguel Nagib, somente em 2014 conseguiu obter relevância e espaço nas discussões que ocorriam a nível nacional. Miguel Nagib parte da premissa que há uma doutrinação político-ideológica de esquerda nas escolas, o que vem prejudicando o processo de formação moral dos alunos e resultando na desagregação de valores, e, por conseguinte, da família, por isso, articulando-se a responsáveis e alunos para combater esse processo. “A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (NAGIB, s.d., s.p.).

O ESP ganha um real destaque a partir de 2014, quando a articulação dos parlamentares da família Bolsonaro, vereador Carlos no município do Rio de Janeiro, e deputado Flávio no estado do Rio de Janeiro, junto a Miguel Nagib para apresentar um Projeto de Lei (PL) para sua implementação nas escolas cariocas (CARLOTTI, 2016). Por exemplo, em Alagoas, sob a alcunha de “Escola Livre”, um projeto de conteúdo análogo foi aprovado. Esse processo repercute nacionalmente resultado na apresentação de dois PLs de nível nacional na Câmara e no Senado. Assim, o site do ESP³ divulga um modelo de PL a ser implementado em nível federal que postula o seguinte nos seus diversos artigos:

Art. 2º - II: neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; VIII: direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos; Art. 3º. O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos estudantes nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero; Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; II - não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; V - respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções” (ESP, s.d.a., s.p.).

Destacamos inicialmente o artigo 3º que advoga a impossibilidade de o Poder Público tratar de qualquer forma de orientação sexual se não a biologicamente determinada, por mais que haja uma série de avanços no que diz respeito à conquista de direitos pela população LGBT, pois, isso seria, segundo o ESP, uma “doutrinação ideológica de gênero”. Além disso, o professor também estará proibido de fomentar qualquer tipo de opinião sobre os mais diversos temas, nem promover debates sobre os assuntos mais complexos e polêmicos. Nesse sentido, o professor deve pautar o seu conteúdo curricular e abordagem didático-pedagógica de acordo com as convicções morais e religiosas da família dos alunos, por mais que isso possa implicar em valores extremamente preconceituosos como o racismo, machismo e LGBTfobia, indo inclusive em contraposição aos próprios documentos educacionais do país que preconizam a convivência, solidariedade e respeito mútuo a qualquer tipo de diferenças. Por fim, os

³ <http://www.programaescolasempartido.org/pl-federal/>

professores também não podem estimular que os alunos realizem o exercício de sua cidadania mediante a participação em manifestações e passeatas.

Outrossim, é importante ressaltar que o site do ESP também conta com “dicas” para identificar o que poderia ser um professor doutrinador, dentre os quais vamos destacar alguns:

se desvia freqüentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional; adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica; alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.; não só não esconde, como divulga e faz propaganda de suas preferências e antipatias políticas e ideológicas; utiliza-se da função para propagar ideias e juízos de valor incompatíveis com os sentimentos morais e religiosos dos alunos, constringendo-os por não partilharem das mesmas ideias e juízos (ESP, s.d.b).

Nesse sentido, abordar elementos para além do conteúdo estrito da disciplina seria um ato de doutrinação de acordo com o ESP, assim como divulgar passeatas, atos públicos e manifestos. Além disso, o professor deve esconder suas preferências ideológicas dos alunos, pois, ao não fazê-lo, estaria realizando também uma doutrinação junto aos alunos, constringendo-os. Enfim, o professor deve atuar de acordo com os pressupostos estritos da neutralidade técnica, impossibilitando quaisquer tipos de divergência e debates em sala de aula. Caso contrário, o professor é ameaçado de ser processado podendo resultar desde uma multa, demissão, e até mesmo prisão caso descumpra as deliberações impostas pelo ESP. Todavia, apesar de reivindicar não ter qualquer tipo de vinculação partidária, o ESP realiza claramente o apoio eleitoral a figuras ligadas à política partidária, como a família Bolsonaro no Rio de Janeiro, dentre outros candidatos ao longo do país nas eleições de 2016⁴.

Todavia, esse movimento aparentemente incoerente, quando não paradoxal, de se declarar “sem partido”, mas realizar apoio explícito e fazer campanha eleitoral nas eleições municipais de 2016, de buscar uma “escola livre”, mas impossibilitar a realização de debates, discussões, nem possibilitar quaisquer tipos de avanços democráticos e direitos humanos, na verdade corresponde com a própria lógica de funcionamento do capital, com sua estrutura, normas e valores, em suma, é um processo coerente com a sua sociabilidade.

Dentro dessa sociabilidade, a prerrogativa ideológica dominante atua para conformar que tudo aquilo que esteja de acordo com os seus valores seja “verdadeiro”,

⁴ <http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>

“natural”, “objetivo”, enquanto aquilo que lhe escapa, ou contrapõe, deva ser “ideológico”, “subjetivo”, quando não “subversivo”. “Naturalmente, aqueles que aceitam de modo imediato a ideologia dominante como a estrutura objetiva do discurso “racional” e “erudito” rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante” (MÉSZÁROS, 2012, p. 58).

Isso ocorre, pois, o reconhecimento da legitimidade dessas críticas levaria a um questionamento das premissas basilares de um conjunto de crenças e valores, assim como dos resultados delas oriundos, logo, da própria ordem capitalista, o que faz com que qualquer perspectiva de crítica ou confronto com esses valores, ainda mais em um momento de crise/contestação, na qual há uma agudização da luta de classes, deva ser duramente reprimido, como é o caso das ações do ESP que buscam calar justamente qualquer tipo de potencial crítico na educação. “[...] o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”” (MÉSZÁROS, 2012, p. 57).

Não importa que o discurso seja contraditório, incoerente, absurdo, desde que ele possua algum tipo de plausibilidade e possua um correspondente nas relações sociais concretas de produção. O que define a aderência ou não de determinado discurso a uma base material é exatamente essa correspondência entre ele e as relações sociais de produção efetivas, logo, as relações dominantes de produção. Possuindo os meios de produção espirituais, escola, mídia, igreja, Estado, a ordem societária em vigor possui uma série de meios de regulação de quais ideias, valores devem e podem ser aceitos ou reprimidos.

A ordem dominante precisa aplicar para si mesma critérios radicalmente diferentes dos aplicados àqueles que devem ser mantidos em sua posição subordinada. Assim, os defensores intelectuais do *status quo* e guardiães “neutros” de sua ortodoxia ideológica podem falsear suas autoconfiantes declarações de fé em suas próprias ideias, combinados com ataques violentos a seus adversários, como um “conhecimento científico” indiscutível, sem se preocupar em apresentar, em favor de suas declarações, nenhuma comprovação extraída das teorias rejeitadas (MÉSZÁROS, 2012, p. 60).

No caso do ESP, a ideologia, vista apenas como elemento daqueles que pretendem a crítica ou negação da ordem em vigor, é tratada como algo pejorativo, como preferência subjetiva, sem qualquer base científica ou valor social, sendo, na verdade, um elemento de desagregação social. Dentro do grupo hegemônico, afirma-se

que “a ideologia não é mais do que uma ideia supersticiosa, religiosa: mera ‘ilusão’, a ser permanentemente descartada pelo bom trabalho da ‘objetividade científica’ e pela aceitação dos procedimentos intelectuais adequados e ‘axiologicamente neutros”” (MÉSZÁROS, 2012, p. 65). Com isso, passa a ser papel da escola a transmissão apenas dos conhecimentos pautados pela neutralidade e objetividade científica, elementos dos quais a possibilidade de crítica a ordem em vigor não fazem parte, pois, são resumidos a mera iniciativa doutrinadora de alguns professores subversivos. São funções das auto-imagens da ideologia dominante “[...] fornecer apenas uma explicação *plausível*, a partir da qual se possa projetar a *estabilidade* da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2012, p. 69).

Todavia, em momentos de crise como o que vivemos, o sistema, que advoga ser “liberal”, assumir uma multiplicidade de posições contrárias, ao contrário do totalitarismo de seus adversários, não consegue lidar minimamente com as críticas e manifestações adversas. Sendo assim, torna-se intolerável que a educação, um dos elementos constituintes fundamentais no processo de produção e reprodução ideológica, seja capaz de estabelecer um contraponto mínimo à sociabilidade em vigor, o que justifica o caráter persecutório adotado pela cruzada anti-doutrinadora do ESP e seus apoiadores.

O reconhecimento não internacional do fato de que essa sociedade ‘liberal’ e ‘tolerante’ ‘tolerará’ somente até o ponto em que for capaz – isto é, até o ponto para além do qual o protesto começa a se tornar efetivo e a se transformar num verdadeiro desafio social à perpetuação da sociedade de tolerância repressiva -, mas também a hipocrisia sofisticada por meio da qual a defesa da *intolerância crua* (‘rigorosa’) e *institucionalizada* (‘exclusão’) alcança representar a si própria como uma defesa liberal da sociedade contra ‘os pontos de vista intolerantes”” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 63, *grifos do autor*).

É nesse sentido que investigamos o processo de perseguição ao Colégio Pedro II por parte do ESP e de seus ativistas, inclusive aqueles presentes no corpo jurídico do país. Diante de todo caráter de ataque e difamações midiáticas ocorridas nos últimos tempos, o poder jurídico na figura do Ministério Público Federal resolveu processar o Colégio e alguns servidores, além do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE) e do Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro, por supostamente realizarem uma espécie de doutrinação político-partidária nos alunos do colégio. Não tivemos acesso ao processo completo, que possui mais de 1000 páginas, com as supostas provas dessa doutrinação, mas acessamos sua compilação com 78 páginas em que o Procurador Fábio Aragão apresenta aquilo que julga ser mais importante para o andamento do processo (MPF, 2017).

Em síntese, alegam os pais de alunos, o que veio a ser **comprovado** durante a tramitação do Procedimento Administrativo em epígrafe, que o **SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLÉGIO PEDRO II (SINDSCOPE), ora Réu, fundou dentro da repartição pública de ensino um núcleo do partido político denominado PSOL (Partido Socialismo e Liberdade)**, objetivando:

- i)* realizar reuniões político-partidárias do PSOL dentro do Colégio Pedro II, já que a sede do SINDSCOPE está situada neste Colégio;
- ii)* doutrinar alunos na ideologia esquerdista comunista;
- iii)* formar alunos para serem militantes do PSOL; e
- iv)* realizar campanha eleitoral do PSOL **dentro** do Colégio Pedro II. (MPF, 2017, p. 03, **grifos do original**).

A principal justificava para essa grave acusação é a seguinte, a realização de protestos por parte dos servidores e estudantes contra o governo de Michel Temer, o “golpe jurídico-político” por ele promovido, além das reformas pretendidas. “Já que o PSOL considerou o processo de impeachment da Presidente Dilma Roussef um “golpe” das elites burguesas, e que seria ilegítima a nova presidência exercida por Michel Temer, um dos lemas do PSOL e de Marcelo Freixo é **“Fora Temer”**” (MPF, 2017, p. 04, **grifos do original**), e, por isso, dizer Fora Temer seria automaticamente uma campanha do PSOL dentro da escola. Ou seja, de acordo com essa premissa, todos aqueles que se contrapuserem ao Governo Temer estariam necessariamente vinculados ou fazendo propaganda político-partidária para o PSOL, ainda que esse seja o governo mais impopular da histórica, contando apenas com 7% de aprovação da população.

Sendo assim, a “doutrinação esquerdista-comunista” ocorre pela divulgação de faixas e cartazes “Fora Temer” pela instituição, tendo em vista a seguinte assertiva “Ministério Público Federal obteve a informação, inclusive documentalmente por meio de fotografia, de que nas dependências do Colégio Pedro II, unidade no *campus* Realengo II, consta cartaz com o seguinte dizer: **‘FORA TEMER, contra o golpe’**.” (MPF, 2017, p. 06, **grifos do original**).

Destaca-se a clara política antissindical de acusar o SINDSCOPE de realizar campanha para Marcelo Freixo nas eleições municipais de 2016 por levantar como palavra de ordem o “Fora Temer”, mesmo que na composição de sua direção preze-se pelo suprapartidarismo, contando com várias correntes políticas, desde aqueles independentes, até anarquistas e militantes de fato organizados em partido, ignorando até mesmo o direito a organização do sujeito em partidos, direito humano elementar presente em nossa Constituição Federal.

Insta repetir: a inscrição “Fora Temer” é o lema da campanha do PSOL, conforme fotografia já estampada nesta exordial, e o PSOL realizou maciça campanha eleitoral dentro do Colégio Pedro II (CPII) em favor do candidato Marcelo Freixo, por intermédio do Núcleo do PSOL dentro do CPII, instrumentalizado pelo SINDSCOPE, conforme será demonstrado. Registra-

se, mais uma vez, **que o SINDSCOPE**, entidade sindical (pessoa jurídica de direito privado), **implantou dentro do Colégio Pedro II um Diretório do PSOL**. (MPF, 2017, p. 13, **grifo do original**).

Para comprovar suas denúncias, o procurador, além de registros de fotos das faixas e cartazes, acumulou denúncias anônimas de alguns responsáveis, ou até mesmo supostos responsáveis, como mostraremos mais à frente, um conjunto de falas de caráter extremamente confuso e inconclusivo, que apenas demonstram uma negação à qualquer tipo de divergência ideológica ou política. Realizamos uma compilação dessas falas utilizadas como provas conclusivas da suposta fundação de um núcleo do PSOL-RJ dentro do Colégio Pedro II, além da “doutrinação esquerdista-comunista” ali existente.

“QUE o SINDSCOPE exerce uma forte influência política sobre os alunos” (fls. 407). [...] **“QUE hoje a escola é partidarizada totalmente em benefício do PSOL”** (fls. 408). [...] **“O Colégio Pedro II vem sofrendo há tempos com a influência negativa de partidos políticos como o PT e o PSOL. Um sindicato instalado dentro dos muros do CPII, ligado ao PSOL, tem criado grupos organizados que estão mudando a cara da escola...”** (fls. 274). [...] **“QUE já ouviu notícias de pais e alunos no sentido de que existe um Núcleo do PSOL, composto por professores do CPII, que funciona dentro da unidade escolar, utilizando-se inclusive da sede do SINDSCOPE, que está situada dentro da referida instituição de ensino”** (fls 291). [...] **“QUE ouviu rumores de que o PSOL age nos CPII por meio do SINDSCOPE”** (fls. 366). [...] **“QUE já ouviu falar de militância do PSOL dentro do CPII”** (fls. 367). [...] **“QUE seu filho ingressou no Colégio este ano, mas soube de mães, cujos filhos estudam há anos na instituição, que existe doutrinação política por parte dos professores e do SINDSCOPE”**. [...] **“QUE o PSOL está infiltrado no CPII por meio do SINDSCOPE, já que muitos professores filiados a este também militam em favor do partido citado”** (fls. 529). (MPF, 2017, p. 17-24, **grifos do original**).

Todas as frases acima entre aspas são frases dos responsáveis ou supostos responsáveis do Colégio Pedro II. Agora, é de fato de se espantar que “rumores” ou “ouvir falar” possam servir de provas para realizar uma acusação tão séria ao colégio e aos seus servidores. Claramente se coloca uma atitude antidemocrática, antissindical, justamente pela intolerância a qualquer tipo de crítica realizada ao sistema e, por conseguinte, à sua sociabilidade. Inclusive o direito de greve, com a realização de greves pelos servidores do Colégio Pedro II são abordados como forma de estabelecer uma doutrinação dentro da escola.

“Recentemente, ocorreram diversas paralisações comandadas pelo Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE) que usando da sua prerrogativa para desvirtuar o direito de greve e além do mais usando o espaço e tempo de aula para distorcer a atual situação política do país usando como ferramenta de manobra os alunos do colégio, numa tentativa de angariar adeptos de uma política partidária que em nada contribui para com a educação ou uma busca por melhoria” (fls. 258). (MPF, 2017, p. 26).

Ou seja, é nítida uma perseguição de cunho jurídico-político, desarrazoada, sem qualquer tipo de evidência, que parte de premissas absurdas com um único intuito de

coibir as atividades docentes e sindicais, além de qualquer manifestação crítica no interior da escola.

O Reitor Oscar Halac, por meio de uma nota pública, explicitou alguns termos do processo de mais de 1000 páginas esmiuçando o caráter das denúncias além dos denunciantes, e, pasmem, “das 7 (sete) manifestações identificadas, temos 4 (quatro) pais de alunos, conforme consulta ao sistema de matrículas do Colégio” (REITORIA, 2017b, s.p.). É cada vez mais cristalino o processo de perseguição e organização do ESP para vilipendiar qualquer premissa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, como podemos ver a seguir.

Também verifiquei que há 5 (cinco) denúncias de pessoas moradoras dos estados de: São Paulo (duas denúncias), Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Distrito Federal, além de uma manifestação de denúncia de uma senhora que se identifica como integrante do "MOVIMENTO MÃES PELA ESCOLA SEM PARTIDO". Obviamente, não são pais responsáveis por alunos do Colégio Pedro II. Não vivem no Rio de Janeiro, não conhecem o Colégio e, provavelmente, nunca estiveram na instituição. Mas denunciaram e foram considerados como denunciantes de fato! (REITORIA, 2017, s.p.).

Em tempos de pós-verdade, e que para a justiça burguesa convicções sejam mais valiosas que provas, não nos surpreende esse acontecimento. Em nenhum momento aqui se pretendeu colocar em questão o caráter de classe do Estado, estrutura fundamental da ordem sociometabólica capitalista, órgão de dominação de classe em última instância. Todavia, em períodos de crise, de agudização da luta de classes, até elementos que outrora estariam dentro da normalidade possível da sociabilidade capitalista passam a ser duramente reprimidos, deixam de ser toleráveis nos parcos limites da democracia e liberdades burguesas.

Dessa feita, ter um colégio como o Pedro II, o “colégio dos absurdos”, que consegue possibilite uma perspectiva de formação humanitária com um teor mais crítico, valorize o respeito aos direitos humanos, combata problemas de opressão estruturalmente enraizados e os conjugue com resultados significantes dentro da estrutura meritocrática do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) torna-se inconcebível para a ordem burguesa.

Conclusão.

Como últimas considerações, verificamos que, com as Jornadas de Junho e Julho de 2013, abriu-se um espaço expressivo para que as manifestações dos segmentos mais reacionários da sociedade brasileira pudessem se manifestar e angariar adeptos, o que se tornou possível mediante o processo de crise do MPC, que carrega consigo uma crise

ampla e profunda de toda sua institucionalidade e normas de sociabilidade. Diante desse processo de intensificação dos conflitos, da agudização da luta de classes, a ideologia dominante não pode mais se permitir o confronto aberto com quaisquer outras perspectivas que coloquem em xeque os limites da própria ordem do capital.

Assim, para além das costumeiras desqualificações dos movimentos da classe trabalhadora, instaura-se um processo persecutório de âmbito jurídico-político contra aqueles que buscam uma nova ordem societária, e, no caso da educação, uma das mais fortes resistências no âmbito da luta de classes, no que diz respeito aos trabalhadores, o ESP vem a cumprir um papel preponderante. Esse programa é a expressão de um projeto de sociabilidade bem definido, no qual os limites civilizatórios frutos da própria irracionalidade do capital são cada vez mais estabelecidos e seus limites demarcados.

Portanto, a sociabilidade que se expressa nos valores da igualdade, da liberdade e nas formas políticas correspondentes, são inseparáveis das manifestações da negação do humano pela reificação, da exploração, da acumulação de todas as desigualdades que daí derivam. [...] A barbárie não é uma perspectiva que advém da crise da ordem burguesa e ameaça suas conquistas civilizatórias, ela se confunde com estas conquistas no mesmo estado de coisas que constitui o tempo presente (IASI, 2012b, pp. 85-86).

Nesse ínterim, a escola é dialeticamente um espaço de reprodução, mas também de resistências, de conformação assim como de rupturas. Essa dialética se dá justamente pela mediação da luta de classes, que expõe as fissuras e contradições do MPC.

Se a escola por si só não é capaz de protagonizar um movimento revolucionário, é inegável o seu potencial no processo de atuação para a superação de determinadas relações sociais de produção, sem que neguemos o seu caráter de classe. A escola possui em sua organização e programas uma expressão de um determinado modo de vida, um determinado ambiente cultural, e objetivos para com a formação dos sujeitos segundo uma peculiar normatização social. Assim, fala-se de uma escola voltada apenas em seu caráter técnico, justamente como o ESP deseja, sendo saudada como uma “Escola Livre”. “O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas” (GRAMSCI, 1982, p. 136).

A escola do ESP, e das políticas educacionais tocadas pelo Governo Temer, é exatamente uma escola que busca, ao contrário de tornar os sujeitos mais livres e autônomos, como sua propaganda o diz, aprisiona-los e mantê-los refém da sociabilidade capitalista, tendo como seu único objetivo a conformação de uma subjetividade e valores necessários para que o capital continue sua caminhada de

autovalorização, mesmo que a sua crise exponha a cada dia que se passa a necessidade de sua superação enquanto Modo de Produção. Por isso, é necessário lutar por escolas como o Pedro II, que, ainda que com todas as suas limitações, representam elementos concretos de possibilidades na luta por uma outra sociabilidade enquanto educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Referências.

- CARCANHOLO, M.D. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**. 4, n. 6, ag. 2010.
- CARCANHOLO, M. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. Pg 73-84. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.
- CARLOTTI, T. O que está por trás do Escola Sem Partido? Projeto propõe que professores sejam processados pelos conteúdos que ministram em sala de aula. E a ameaça que isso se torne lei é bastante concreta. **Carta Maior**. 20 de jul. de 2016. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-/4/36486>. Acesso em: 07/11/2016.
- COLÉGIO PEDRO II. **História do CPII**. S.D.a. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html. Acesso em: 20/04/2017.
- COLÉGIO PEDRO II. **Grupos de Pesquisa**. S.D.b. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/blog/proppgec/pesquisa/grupos-de-pequisa/>. Acesso em: 20/04/2017.
- COLÉGIO PEDRO II. Portaria nº 1886, de 13 de junho de 2017. **Institui o Código de Ética Discente do Colégio Pedro II**. 2017.
- ESP. **Anteprojeto de Lei Federal. Ementa: institui o Escola Sem Partido**. s.d.a. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/pl-federal/>. Acesso em: 03/03/2017.
- ESP. **Flagrando o doutrinador**. s.d.b. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Acesso em: 03/03/2017.
- ESP. **Escola sem Partido nas eleições municipais de 2016**. s.d.c. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>. Acesso em: 03/03/2017.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. COUTINHO, C.N. 4.ed. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1982.
- IASI, M.L. Reflexão sobre o processo de consciência. Pg: 11-45. In: IASI, M.L (org.). **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- IASI, M.L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.
- IASI, M.L. Socialismo, barbárie e outras alternativas. P. 73-102. In: PINHEIRO, M. (org.). **A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual**. São Paulo: Outras expressões, 2012b.
- IASI, M.L. **O “petismo” como problema moral**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/07/o-petismo-como-problema-moral/>. Acesso em: 29/09/2016. 2016a.
- IASI, M.L. **Três crises... falta uma**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/08/12/tres-crises-falta-uma/>. Acesso em: 29/09/2016. 2016b.

ISTOÉ. O Colégio dos absurdos: Uma das mais tradicionais escolas do Rio de Janeiro, o Pedro II erra feio ao permitir a pregação da violência e ao contrariar o Estado Democrático de Direito em suas dependências. 21 de out. de 2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/colégio-pedro-ii-o-colegio-dos-absurdos/>. Acesso em: 20/04/2017.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 7.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. 2.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Trad. CASTANHEIRA, P.C; LESSA, S. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MÉSZÁROS, I. O poder da ideologia. Trad. LOPES, M.; CASTANHEIRA, P.C. 1.ed. 4.reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOTTA, V.C. da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6 n. 3, p. 549-571, nov.2008/fev.2009.

MPF. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ nº 130.001.003828/2016-91. **Ação civil pública em defesa da probidade administrativa.** 07 de Mar. de 2017.

NAGIB, M. Quem somos. s.d. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 05/06/2017.

OCUPACP2. Documento final extraído no processo de ocupação do Colégio Pedro II. 2017. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2017/JAN/reivindicacao_alunos.pdf. Acesso em: 08/02/2017.

REITORIA. Colégio Pedro II. Ministério da Educação. Nota Pública 002. Desvendando as denúncias do Ministério Público Federal contra o Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 20 de mar. 2017.

REITORIA. Colégio Pedro II. Ministério da Educação. Nota Pública 004. Finalmente a verdade. Rio de Janeiro, 24 de mar. 2017.

SHAW, C. Reforma do Ensino Médio - entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo. **ANPED**, 17 de mar. de 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reforma-do-ensino-medio-entenda-o-que-esta-em-jogo-e-vozes-desconsideradas-no-processo>. Acesso em: 10/04/2017.

SILVA, M.C. da. O REUNI na UFF: da precarização das condições de trabalho à luta nos campi! 307f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. UFF, Niterói, 2015.

THOMÉ, C. Colégio Pedro II, no Rio, libera saia para meninos: colégio tradicional aboliu a distinção entre uniformes e já adota nome social na chamada. **O Estadão**, São Paulo, 19 de set. de 2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,colégio-pedro-ii-no-rio-libera-saia-para-meninos,10000077010>. Acesso em: 15/03/2017.

TOKARNIA, M. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. **Agência EBC**, 25 de out. de 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 12/02/2017.